

EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESIGUALDADE: DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SOCIAL

Alânia Magalhães
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda em Ciências Sociais
alania@caed.ufjf.br

Karine Fernandes de Carvalho
Universidade Federal de Juiz de Fora
Doutoranda em Ciências Sociais - UFJF
karine@caed.ufjf.br

Resumo

Pretende-se neste artigo desenvolver uma análise teórica da temática da desigualdade no que diz respeito à educação. O eixo norteador de tal análise será pensar a expansão do sistema educacional brasileiro levando em consideração a permanência das desigualdades e como isso reflete no mercado de trabalho. Para tanto partiremos da conceituação de desigualdade oferecida por Charles Tilly e Amartya Sen. Ao adotarmos tal perspectiva não pensamos em termos de desigualdade na distribuição de recursos, mas na qualidade e possibilidade de usos dos recursos. O que nos interessa aqui é deixar claro que para acabar com as desigualdades é preciso mudar as estruturas sociais e econômicas. Sendo assim, o fim das desigualdades só será percebido quando formos capazes de promover a mobilidade coletiva, ou seja, não podemos pensar a mobilidade em termos individuais e sim a mobilidade de um grupo todo na estrutura social. E qual é papel desempenhado pela educação no estudo das desigualdades? Por que mesmo depois da expansão do sistema educacional brasileiro as desigualdades educacionais permanecem? Como é feita a transição da escola ao mercado de trabalho? As credenciais educacionais são suficientes para garantir a transição tranquila do sistema educacional para o mercado de trabalho? A partir dessas questões temos como objetivo traçar um panorama da educação brasileira ressaltando os atrasos, conquistas, desafios e permanências.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Desigualdade e Mobilidade social

INTRODUÇÃO

O escopo deste artigo é uma análise teórica da temática da desigualdade no que diz respeito à educação. Para tanto, observa-se o fato que apesar da expansão do sistema educacional brasileiro ainda ocorre a permanência das desigualdades e conseqüentemente essa realidade reflete no mercado de trabalho.

Seguindo essa perspectiva são utilizadas as conceituações de desigualdade oferecidas por autores como: Charles Tilly, Amartya Sen e Göran Therborn. O intuito é compreender de que forma a teoria desses autores se encaixam com a temática da desigualdade educacional.

Ao adotarmos tal linha teórica não pensamos em termos de desigualdade na distribuição de recursos, mas na qualidade e possibilidade de usos de tais recursos. E como ponto norteador temos por escopo perceber qual o papel desempenhado

pela educação no estudo das desigualdades.

Nesta perspectiva, é possível refletir sobre a conexão entre trabalho e educação e sobre os desafios para a promoção da mobilidade social. A proposta é observar por que motivo mesmo depois da expansão do sistema educacional brasileiro as desigualdades educacionais permanecem. Além disso, pretendemos questionar como é feita a transição da escola ao trabalho e perceber se apenas as credenciais educacionais são suficientes para garantir a transição tranqüila do sistema educacional para o mercado de trabalho.

SOBRE O CONCEITO DE DESIGUALDADE: SEN, TILLY E THERBORN

Neste tópico trabalharemos o conceito de desigualdade a partir das definições apresentadas por três autores seminais para o estudo desta temática, quais sejam: Amartya Sen (2001), Charles Tilly (2006) e Göran Therborn (2006).

Amartya Sen (2001) nos propõe o reexame do tema das desigualdades. Para ele a desigualdade deve ser estudada não a partir da variável renda e sim a partir do funcionamento e capacidade de realização dos sujeitos. As teorias clássicas do bem-estar tais como o utilitarismo, a concepção de justiça de Rawls (1997) —, assim como as medidas de desenvolvimento, as linhas de pobreza e de indigência, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o IPH (Índice de Pobreza Humana) e os indicadores sociais, partem do pressuposto de que os seres humanos são iguais no que diz respeito a uma série de características pessoais relevantes, que, inclusive, influenciam no processo de interação social.

Amartya Sen, por outro lado, coloca a diversidade humana como critério para determinar a posição de cada pessoa na sociedade e disso deriva sua concepção de bem-estar. O autor parte das chamadas *diferenças interpessoais* (Sen, 2001), que envolvem o fato de que muitas pessoas possuem deficiências físicas, doenças (muitas vezes crônicas e/ou de nascença), diferenças de gênero (isso

importa em muitas sociedades, principalmente aquelas em que as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens), de cor (por exemplo, os afrodescendentes no Brasil), de etnia (por exemplo, os curdos na Turquia), dentre outras (os sistemas de castas e estamentos são um exemplo extremo). Sen sinaliza para o fato de que a igualdade resultante de várias abordagens de bem-estar é, na verdade, uma simplificação que encobre e perpetua desigualdades.

A proposta metodológica de Sen (2001, p.194) para o estudo da desigualdade é a de que “quando deslocamos nossa atenção de mercadoria e renda para funcionamentos e capacidades, o quadro relativo pode mudar radicalmente”. Isso posto, o pesquisador deve levar em consideração as diversidades mais importantes de cada contexto e se perguntar: a) qual será o seu espaço de pesquisa da desigualdade; b) quais as variáveis presentes neste espaço e c) qual o tipo de desigualdade que me interessa, ou seja, desigualdade de que?

O reexame da desigualdade proposto por Sen (2001) desloca o foco do estudo das desigualdades da escassez de renda para a desigualdade de realizações e liberdades. Segundo ele, as perspectivas que determinam a posição de uma pessoa na sociedade são a realização de fato conseguida e a liberdade para realizar. Assim, na perspectiva deste autor a desigualdade deve ser estudada em termos de liberdades e realizações.

Outra perspectiva adotada por Sen (2001) é a da capacidade sobre a avaliação do bem-estar, e da liberdade para se alcançar o bem-estar. Este ponto fica evidente quando o autor nos mostra que o conjunto de capacidades do sujeito reflete diretamente no espaço de funcionamentos e na liberdade de escolha da pessoa. Nas palavras do autor “a abordagem da capacidade trata primariamente da identificação de objetos- valor, e concebe o espaço de avaliação em termos de funcionamentos e capacidades para realizar funcionamentos.” (Sen, 2001, p.83)

Já Charles Tilly (2006) desenvolve o argumento da teoria

interativa da desigualdade que diz que as desigualdades se dão entre categorias sociais separadas por fronteiras onde acontece a interação dos sujeitos que pertencem a tais categorias. Sendo assim, o que temos é uma desigualdade categórica.

Por desigualdade categórica entende-se que há formas de benefício desigual em que conjuntos inteiros de pessoas não recebem o mesmo tratamento. Além disso, são estabelecidas fronteiras entre os vários grupos sociais.

Neste tipo de desigualdade as categorias são cruciais uma vez que estabelecem desigualdades e identidades, e sempre demarcam as fronteiras de quem está dentro ou está fora. Segundo Tilly (2006), o nosso cotidiano é marcado pelas fronteiras que dividem as categorias: vendedores/compradores; alunos/professores; patrões/empregados; pacientes/médicos.

Cada uma dessas fronteiras identifica uma relação social que não temos muito trabalho

em reconhecer e, se necessário, em negociar. Em todos esses casos, a combinação de uma fronteira com as relações no seu interior e através dela gera, nos dois lados que divide um sentido de compartilhamento a respeito de seu significado. (Tilly, 2006, p.48)

O pertencimento a um dos lados da fronteira cria o sentimento de identidade tanto social quanto coletiva. Pensada em termos de identidade a categoria cria diferenças e não desigualdades, mas as categorias podem produzir desigualdades quando as reiteradas transações através da fronteira geram vantagens aos que estão em um dos lados.

Assim, o conceito de desigualdade proposto por Tilly (2006, p.50) define que “a desigualdade é uma relação entre pessoas ou conjuntos de pessoas na qual a interação gera mais vantagens para um dos lados”. Nas relações desiguais as pessoas são reunidas em categorias nas quais os membros são diferenciados pelas vantagens que obtêm e o papel das fronteiras categóricas é organizar a vida

social e reproduzir a desigualdade entre os membros das diferentes categorias.

A desigualdade categórica se torna duradoura quando a interação entre um conjunto de pessoas gera vantagens para um só grupo. As fronteiras categóricas são organizadas por gênero, raça, nacionalidade, etnia, religião, comunidade e outros sistemas classificatórios similares.

“Ela ocorre quando as transações através de uma fronteira categórica (por exemplo, masculino-feminino) (a) gera regularmente vantagens líquidas a pessoas em um dos lados da fronteira e (b) reproduzem a fronteira.” (Tilly, 2006, p.51)

Neste aspecto, é relevante destacar que a desigualdade material é base dos mecanismos geradores da desigualdade categórica, uma vez que ela envolve o controle desigual de recursos que produzem valores. Nos termos de Tilly, existem dois mecanismos geradores da desigualdade: exploração e reserva de oportunidade.

A exploração ocorre quando o controle de um recurso possibilita às pessoas a arremeter o esforço de outras para produzir um valor por meio desse recurso, mas excluem as outras do valor total acrescentado por seus esforços. Já o mecanismo de reserva de oportunidade limita o acesso a um recurso produtor de valor aos membros de um grupo. Esses dois mecanismos fazem com que as desigualdades por eles produzidas sejam mais duradouras e eficazes na medida em que os beneficiários do excedente gerado seja pela exploração ou pela reserva de oportunidade empregam parte desse excedente na produção das fronteiras que os separam das categorias excluídas da população e das relações desiguais através das fronteiras.

Além disso, é relevante destacar que para esse autor os mecanismos geradores de desigualdade estão diretamente ligados aos recursos geradores da desigualdade que são: Meios de coerção, Trabalho, Animais domesticados, Terra, Instituições que mantêm o comportamento, Máquinas, Capital financeiro, Informação, Meios

que disseminam a informação e Conhecimento técnico científico.

O importante a ressaltar em relação aos recursos geradores de desigualdade é que eles permitem que benefícios sejam produzidos para alguns e quando são restritos e de fácil acesso permitem a exploração e a reserva de oportunidade para outros. Conseqüentemente, ocorre uma reprodução dos mecanismos geradores de desigualdade.

Diante disso, temos que a desigualdade varia de acordo com tipo de recurso que por sua vez muda de acordo com a época histórica.

Durante a segunda metade do século passado, as diferenças ligadas ao capital financeiro, à informação, aos meios de comunicação e ao conhecimento científico participaram cada vez mais na produção de desigualdade, especialmente no plano internacional. Neste século, esses recursos se tornarão ainda mais importantes como base da desigualdade categórica, tanto local como internacional. É inédita a força da atual combinação de capital financeiro e conhecimento técnico-

científico na produção de desigualdade entre os que controlam e os que não controlam tal combinação. (Tilly, 2006, p.55)

Isto significa dizer que, os recursos geradores de desigualdade são predominantes em épocas históricas e contextos específicos. Segundo Tilly (2006), por cinco milênios a desigualdade foi determinada pela posse da terra. Os outros recursos são recentes na história, todavia, atualmente experimentamos a desigualdade com base no controle do conhecimento.

Sendo assim, os recursos predominantes distinguem o sistema de desigualdade e afetam fortemente os padrões de mobilidade individual e coletiva. Hoje a explicação da desigualdade categórica pode ser entendida a partir da ocorrência de quatro novos recursos geradores de desigualdade, que são: o capital financeiro, a informação, os meios para armazenamento e transmissão de capital, informação e conhecimento técnico – científico.

Seguindo essa linha teórica, observa-se que a abordagem da desigualdade proposta por Göran Therborn (2006) entende a desigualdade como uma pluralidade, ou seja, como desigualdades. O que temos a partir desta proposta é uma visão multidimensional da desigualdade. Segundo este autor a desigualdade possui três dimensões fundamentais, quais sejam: a vital, a existencial e a desigualdade de recurso.

A desigualdade vital é aquela que pode ser medida pela expectativa de vida, pela mortalidade e pela incidência de má nutrição. Este tipo de desigualdade está diretamente ligada às condições de vida e saúde, embora seja um ponto importante para o estudo das desigualdades ela é pouco explorada, pois é considerada por muitos não como uma forma de desigualdade, mas sim como diferença nas condições de vida da população.

A desigualdade existencial se refere ao reconhecimento dos indivíduos como pessoas. O tema da liberdade é essencial para este tipo de desigualdade, o que está em jogo aqui é

a liberdade que os sujeitos têm de perseguir a realização dos seus projetos individuais, seus direitos e reconhecimento.

Nesta perspectiva, reconhecimento tem sido incorporado em um pensamento sistemático sobre desigualdade. E neste caso estigma é visto como oposto do reconhecimento, pois estigmatização é um processo básico de produção e reprodução da desigualdade existencial. Outro tema importante na desigualdade existencial é a desigualdade de oportunidades para a realização dos projetos individuais.

O terceiro tipo de desigualdade segundo Therborn (2006) é a desigualdade de recursos tanto materiais quanto simbólicos. A desigualdade de recursos se refere à diferença existente na capacidade de ação dos atores, ou seja, os atores podem ser muito desiguais em sua capacidade de ação. Esses recursos não se resumem à renda eles se referem também ao conhecimento, educação e rede social.

Em linhas gerais, percebemos que as três abordagens sobre o conceito de desigualdade apresentadas acima,

possuem como ponto convergente o postulado de que o estudo das desigualdades deve levar em consideração os mecanismos da igualdade, isto é definem ser preciso pensar como as desigualdades e igualdades são geradas.

PARADOXO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nesse aspecto, é relevante observar que apesar da **expansão do sistema educacional brasileiro** é possível observar a **permanência das desigualdades**. Sobre esse fato pode-se destacar o trabalho “Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil” de Hasenbalg e Silva (2000). Esses autores visando separar a contribuição das melhorias no sistema educacional daquelas atribuíveis às melhorias das condições sociais, examinaram a evolução das desigualdades educacionais e as mudanças nos determinantes extra-escolares do desempenho escolar no ensino fundamental. Para tanto, utilizaram dados das PNADs de 1976, 1986 e 1998 com o intuito de descrever o nível educacional das pessoas de 15 anos ou

mais de idade e a evolução das desigualdades educacionais entre grupos de cor, gênero, regiões e de renda *per capita* familiar no período 1976-1998.

Demonstraram que nos últimos anos o Brasil tem se aproximado da universalização do acesso ao ensino fundamental, e que são inegáveis as melhorias educacionais conseguidas nas últimas décadas, como: diminuição na taxa de analfabetismo, aumento de matrículas nos vários níveis de ensino, principalmente no ensino fundamental. Em geral, explicitaram que nas últimas duas décadas, ocorreu uma expansão educacional no Brasil. E a partir dessa expansão foi possibilitada uma redução da desigualdade educacional entre grupos de cor, regiões do país e estratos de renda. Ocorrendo uma exceção no caso dos grupos de gênero, pois as mulheres ultrapassaram os homens no desempenho educacional.

Todavia, é revelado que essas melhorias se devem a fatores como mudança nas condições de vida e distribuição geográfica das famílias, decorrente da urbanização e da transição demográfica, além de

melhorias efetivas no desempenho do sistema educacional. Na verdade, a diminuição das desigualdades educacionais não garantiu aumento e melhor distribuição nos níveis de renda. Podemos observar um paradoxo, onde as desigualdades ainda são permanentes mesmo havendo certa expansão do sistema educacional brasileiro.

Como exemplo deste paradoxo da educação brasileira podemos citar a desigualdade racial na educação, onde os negros mais pobres que frequentam em sua maioria escolas públicas de baixa qualidade têm que pagar por seus estudos universitários. Os negros em sua maioria tendem a evasão escolar, e muitas vezes nem chegam a disputar as vagas no ensino superior gratuito. Assim, é perceptível a grande influência do sistema educacional brasileiro na reprodução das desigualdades. A estrutura educacional no Brasil tende a construir não apenas desigualdades educacionais, mas pode incentivar o círculo das desvantagens.

DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO COMO ISSO REFLETE NO MERCADO DE TRABALHO

Vários estudos têm demonstrado que cada degrau conquistado no ensino formal tem amplas repercussões sobre o bem-estar dos brasileiros e que o efeito do ensino formal, nesse sentido, exerce impacto significativo. Neste ponto, é presente a proposição de que as desigualdades educacionais podem afetar em diferentes domínios outro campo da vida do grupo em desvantagem. A teoria sociológica tem demonstrado que a educação possui importante papel para a reprodução das desigualdades.

Isto significa dizer que as desigualdades na educação afetam as recompensas ao obter mais escolaridade. Nesta medida, muitos estudos afirmam que a desigualdade educacional possivelmente ocasiona disparidades na estrutura ocupacional e reflete à má distribuição de renda no país.

Sendo educação considerada pela literatura sociológica como fator que desempenha extrema influência no processo de realização sócio-econômica e de mobilidade ocupacional dos indivíduos, cabe destaque para as teorias que estudam a educação e que

realizam conexão entre este domínio e o campo do trabalho. Pode-se assim, destacar a teoria da meritocracia e a teoria do credencial.

A teoria da meritocracia defende que os empregados agem racionalmente selecionando pela qualificação educacional, já os estudantes, agem racionalmente investindo em seu próprio capital humano. Mas essa a teoria imputa ao grupo em desvantagem a responsabilidade pelo insucesso.

Já para a teoria credencialista os participantes do mercado de trabalho usam os recursos educacionais para acesso a melhores ocupações e altas rendas. A diferença entre as duas teorias é que para os credencialistas ocupar as melhores posições não significa maior mérito, nem tampouco os menos escolarizados são considerados menos dignos.

Assim, podemos pensar que para competir pelas melhores colocações no mercado de trabalho, a educação representa um fator que condiciona que o grupo em desvantagem se posicione em colocações de menor remuneração e prestígio dentro do mercado de

trabalho. Mas, estudos demonstram que nem sempre o grupo em desvantagem converte escolaridade em melhor remuneração e em melhores possibilidades de carreira e mobilidade. Como exemplo é possível destacar a permanência das desigualdades ocupacionais de gênero e raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral o propósito deste artigo foi além de refletir sobre as desigualdades educacionais apontar o real papel da educação na reprodução das desigualdades, ou seja, refletir se realmente é apenas a carência educacional que reproduz mais desigualdades, como: no mercado de trabalho, nas condições de vida (moradia, saúde, e etc.).

É importante observar que a desigualdade em determinado nível não é devida de um único fator em isolado, todos os fatores possuem influência na produção, reprodução e acumulação das desigualdades. Assim, o status ocupacional de um indivíduo não é apenas uma função de escolaridade, o efeito de educação não é único, somado

a divisões sociais como raça, gênero entre outros pode ser mais perverso.

Sendo assim, é relevante apontar que para a minimização das desigualdades se faz necessário mudanças nas estruturas sociais e econômicas. Mudanças essas capazes de promover a mobilidade coletiva, ou seja, não uma mobilidade em termos individuais e sim uma mobilidade de um grupo todo na estrutura social.

Por fim, cabe destacar que não pensamos em termos de desigualdade apenas na distribuição de recursos, mas na qualidade e possibilidade de usos desses recursos.

Abstract

This article is intended to develop a theoretical analysis of inequality with respect to education. The guiding axis such an analysis will be thinking of the Brazilian educational system expansion to stay inequalities and how this reflects in the labour market. So let's assume the conceptualization of inequality offered by Charles Tilly and Amartya Sen. When adopting this perspective do not think in terms of inequality in the distribution of resources, but in the quality and uses of resources. What

concerns us here is to make it clear that the inequality is need to change the social and economic structures. Thus, the order of inequalities will only be realized when we promote collective mobility, i.e. cannot think individual mobility and Yes in terms of the mobility of a whole group in social structure. And what is the role played by education in the study of inequality? Why even after the expansion of the Brazilian educational system remain educational inequalities? How is made the transition from school to the labour market? Educational credentials are sufficient to ensure the peaceful transition of the educational system to the labour market? From these questions we have as a goal outlined the Brazilian education emphasizing delays, achievements, challenges and hotlines.

Keywords: Education, work, inequality and Social mobility.

BIBLIOGRAFIA

BILLS, D B. *The sociology of educational and work*. Oxford: Blakwell, 2004, p. 37-58.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG / Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

GOLDTHORPE, J. H. Cultural capital: some critical observations. In: SCHERER, S. et alii (eds). *From origin to destination: trends and mechanisms*

in social stratification research. New York: Campus Verlag, 2007.

HASENBALG, C. e VALLE SILVA, N. (orgs.). *Origens e destinos: desigualdades ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

SEN, A. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, N. V. e HASENBALG, C. "Tendências da desigualdade educacional no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 3, nº 43/423-46, 2000.

THERBORN, G. (Ed). *Inequalities of the world*. London: Verso, 2006, p.1-58.

THERBON, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: GENTILI, P. (org). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TILLY, C. e TILLY, C. *Work under capitalism*. Boulder: Westview Press, 2000, p.21-35; 69-93

TILLY, C. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social*, v. 18, nº2, 2006.